

A Responsabilidade Social Empresarial como estratégia mediadora do capital no mercado de trabalho: PETROBRAS, COMPEN e Indústria petrolífera

Avance de investigación en curso

GT 18- Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

Márcia da Conceição Silva¹
Altineia Maria Neves²
Maria Cecília Costa Mansur³

RESUMO:

Este artigo resulta de pesquisas em andamento, relativos às contradições e desafios sobre desenvolvimento local derivado de atividades econômicas de alto impacto, cuja necessidade implica diretamente na intervenção da maior empresa petrolífera do Brasil, a PETROBRAS. Nosso objetivo é colaborar com o debate sobre responsabilidade social empresarial e desenvolvimento local. A concentração de recursos, nos dois municípios em questão é alta, no entanto percebemos o desenvolvimento desigual, além de um movimento migratório expressivo, em busca de trabalho. A metodologia empregada foi pesquisa bibliográfica e dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE. Nosso aporte teórico–metodológico se fundamenta na teoria social marxista logo, os dados estatísticos possuem intrinsecamente conteúdo histórico, do processo e tempo histórico que fazem parte.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social empresarial. Desenvolvimento local. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este artigo enfoca a relação do desenvolvimento local com os rebatimentos no mercado de trabalho, imbricado à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), enquanto estratégia de acumulação e hegemonia através da empresa petrolífera nacional, a PETROBRAS, especialmente em dois municípios do estado do Rio de Janeiro, Itaboraí e Macaé. Estes sofrem forte e rápida intervenção do governo, estadual e principalmente federal.

O município de Macaé foi escolhido pela PETROBRAS para sediar seu polo de extração petrolífera da Bacia de Campos e, após a lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, tornando-se conhecida como lei do petróleo, estabelecendo o fim do monopólio do petróleo da União, nas atividades relacionadas à exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil, havendo a possibilidade

¹Bacharel em Ciências Sociais(UERJ),Mestre em Sociologia e Direito (UFF), Doutora em Serviço Social (UERJ) , Coordenadora dos grupos de pesquisa inscrito no CNPQ: Observatório do Mercado de Trabalho, e Trabalho, Política social e reprodução social, Profa. da Universidade Veiga de Almeida (UVA) – RJ. Contato: mc.silva@globo.com

²Assistente Social pela UFF. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho e Meio Ambiente (GESTA) e do Grupo Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social da FASSO/UERJ. Prof. da Universidade Castelo Branco. Contato: altineves@gmail.com

³Assistente Social pela UFES. Mestre e Doutoranda pelo PPGSS/UERJ. Bolsista CAPES e Integrante do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES) da FASSO/UERJ. Contato: mcecilia_mansur@hotmail.com

de muitas empresas internacionais se instalarem em Macaé impactando fortemente o mercado de trabalho local. Este processo se deu, entre outros motivos, pela própria necessidade de mão de obra qualificada e incremento da dinâmica populacional em busca de ocupações no mercado de trabalho. O crescimento econômico gerou impacto demográfico acarretando grandes contrastes sociais quanto à falta de moradias, uso predatório do litoral, entre outros.

O município de Itaboraí recebeu a sede do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) que vem exercendo influência sobre a economia e o mercado de trabalho nos municípios da região de Itaboraí, com amplos impactos nas relações sociais destes municípios, tendo como principal empresa a PETROBRAS. Este pólo começou sua instalação em 2006 e construção iniciada em março de 2008, numa área de 45 milhões de metros quadrados. A PETROBRAS informa que a primeira unidade de refino produzirá óleo diesel e querosene de aviação, estando em funcionamento em abril de 2015 até 2018 em todo o complexo, com mais refinarias.

Os municípios supracitados por serem sedes de exploração e forte impacto ambiental exemplificam a estratégia de acumulação do capital mediante a RSE que utiliza instrumentos institucionalizados para minimizar o problema social e ambiental, gerado por suas próprias ações de exploração.

O artigo divide-se em quatro partes: a primeira explicita teoricamente a categoria trabalho e a necessidade imperiosa do capital em construir um exército industrial de reserva para controlar o valor dos salários. A segunda demarca o novo pólo petroquímico em desenvolvimento em Itaboraí, município do estado do Rio de Janeiro, que impacta outros municípios vizinhos. A terceira pontuará a indústria petrolífera em Macaé, também no estado do Rio de Janeiro, onde já são vislumbrados problemas sócio ambientais em Itaboraí. A última parte analisa brevemente a chamada RSE na maior petrolífera brasileira, a PETROBRAS, empresa nacional presente nos dois municípios em estudo.

TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Analisando a influência que o aumento do capital em seu processo de acumulação tem sobre a sorte da classe trabalhadora, Marx (2002) se depara com o movimento contraditório do capital: ao mesmo tempo em que cria a maior quantidade factível de trabalho, reduz o trabalho necessário a um mínimo, manifestando-se a tendência de aumentar a população trabalhadora e colocar parte da mesma como superpopulação⁴. A produção de desempregados é, portanto, resultado da lógica de funcionamento do sistema capitalista que necessita deste exército de reserva para manter a oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que seu preço aumente acima do seu valor; ela deve estar disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital.

Afinal, de nada adianta para o capitalista produzir se não puder explorar a mais-valia da força de trabalho, ou se no final do processo não obtiver mais-valor do que foi empregado na fabricação da mercadoria. Para sobreviver na lógica do capital, ele explora a força de trabalho, este por sua vez, é obrigado a realizar atividades além do trabalho socialmente necessário, extrapolando assim, o que seria realmente preciso para a realização de um produto suficiente para a satisfação de necessidades.

Há uma grande diferença entre o valor da força de trabalho e o que ela pode criar no processo de trabalho. E é nisso que o capitalista se aproveita, pois a força de trabalho é a única mercadoria que é capaz de criar valor e, mais valor que ela mesma, sendo conveniente ao capitalista esta função. Marx dá continuidade a este raciocínio: “Mas o decisivo foi o valor- de- uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera.” (idem, p. 227)

⁴ Para Marx, *o exército industrial de reserva* - população trabalhadora que fica desempregada ou parcialmente desempregada – é condição do capital para dinamizar seu processo de acumulação, ou seja, é “(...) o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado...” (2002, 735, v. 2).

Nesse sentido, Marx ressalta que o trabalhador empenha seu valor- de- uso para receber seu valor- de- troca; dependendo da venda da força de trabalho para sua subsistência, alienando assim, seu valor- de- uso. E por possuir somente sua força de trabalho, submete-se às vontades do capitalista no que se refere ao tempo, às condições e ao valor do trabalho empregado, ocasionando o poder do grande capital até mesmo sobre o valor- de- uso da própria força de trabalho.

“Aqui se pressupõe a necessidade de se definir capital variável devido a sua relação com a força de trabalho: este constitui uma relação social porque pressupõe uma relação entre capital e trabalho, no qual os trabalhadores precisam dispor de sua força de trabalho como meio de sobrevivência mediante a venda ao capitalista. Logo, “Variável, (...) significa que os trabalhadores reproduzem mais valor do que o seu custo. São fonte de valor suplementar para o capitalista.” (SALAMA & VALIER, 1975, p. 9, grifo das autoras)

Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. (...) e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. (idem)

Nesse contexto, a migração se torna relevante, haja vista que historicamente as necessidades do desenvolvimento capitalista no Brasil exigiram um contingente significativo de trabalhadores para sua expansão e reprodução. Este é, portanto, um elemento vital quando se tenta compreender o aumento populacional brasileiro e, neste sentido, percebe-se que a vivência do trabalho foi determinante na constituição dos municípios da região em questão desde sua origem.

COMPERJ- A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES

Esse é o sentido pelo qual situamos o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) que exerce influência sobre a economia e o mercado de trabalho nos municípios da região de Itaboraí/Rio de Janeiro, com amplos impactos nas relações sociais na atualidade destes municípios. O processo migratório de trabalhadores atraídos pela oferta de emprego nesta região constitui um dos impactos mais fortes na dinâmica de algumas municipalidades, em especial, em pequenos municípios como o de Tanguá⁵. Trata-se de um projeto petroquímico com forte potencial de concentração da força de trabalho, gerando grandes expectativas nestas localidades, impulsionando intenso fluxo migratório de trabalhadores, em especialmente da construção civil, contribuindo para a (re)produção ampliada das expressões da “questão social”⁶. Sendo no momento um dos maiores empreendimentos petroquímicos do Brasil e o quinto maior do mundo, pensado na dinâmica das relações sociais sob a hegemonia do capital financeiro, o COMPERJ gerará aproximadamente dois bilhões de dólares anuais para o Brasil em decorrência da redução da importação de fontes de matéria-prima petroquímica e da redução da exportação de petróleo pesado. Essa iniciativa de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do COMPERJ, segundo dados da própria Petrobras, trará mudanças significativas para

⁵ Tomam-se por base aqui os dados das pesquisas que vêm sendo realizadas. No momento a abordagem investigativa destaca “Trabalho, Grandes Projetos de Desenvolvimento e Questão Social no contexto do COMPERJ”, que está em andamento como tese de doutoramento e constitui um desdobramento da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Serviço Social, que se caracterizou pela elaboração de um trabalho investigativo de caráter exploratório do trabalho social no Município de Tanguá/RJ (NEVES, 2010).

⁶ É importante sinalizar que trabalho aqui é compreendido como condição fundamental de sobrevivência e de reprodução das famílias trabalhadoras que dão vida a estes lugares; trabalho que tem *centralidade* na vida desses indivíduos sociais. Portanto, o cenário das obras que dão vida ao COMPERJ “é revelador das condições materiais e sociais em que se realiza o trabalho” (IAMAMOTO, 2001).

a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região⁷.

A fase atual, o da construção civil, que vem se constituindo a grande chance para os municípios que estão no raio de 10 e 20 km do empreendimento é exatamente os municípios do CONLESTE (Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense)⁸ estão podendo contribuir com a força de trabalho pouco competitiva, pois estima-se que nesta fase sejam gerados em torno de 50.000 empregos diretos. Porém na fase de operação da petroquímica quando será ampliada essa possibilidade de emprego no pós-fase do refino e com a produção em larga escala de matérias-primas petroquímicas com as chamadas empresas de segunda e terceira geração, o grau de exigência na contratação dos empregos será maior.

Diante desse cenário, o desafio é entender os rebatimentos desse processo, não apenas do ponto de vista ambiental e econômico, mas, sobretudo, à alta demanda e geração de empregos; condições de trabalho e assalariamento daqueles que já estão empregados e dos que serão inseridos neste processo de disputa no âmbito da relação capital e trabalho. Além disso, a maior preocupação refere-se à fase posterior à construção deste pólo, pois haverá um contingente imenso de trabalhadores desempregados, já que não terão qualificação necessária para sua absorção. Aos municípios que compõem o CONLESTE, prevalece o interesse em estabelecer uma geração de riqueza através do emprego direto de “mão de obra”, com a garantia de emprego num sistema de reserva com capacitação desta força de trabalho. Interessa, ainda, que o Sistema de Reserva com capacitação garanta o emprego na fase de construção civil do empreendimento.

O mercado de trabalho, pensado nesse sentido, é de acordo com Santos (2006), um dos principais componentes dos movimentos de migração, pois ao gerar trabalhadores excedentes no seu movimento contínuo de acumulação, o capital cria a necessidade de fluxos de deslocamento em busca de trabalho. Tais fluxos, por sua vez, torna-se condição necessária para a própria acumulação de capital, que conta, nas regiões de afluxo, com exorbitante exército industrial de reserva e na região de saída, com uma descompressão no mercado de trabalho.

A questão da migração como consequência da instalação do COMPERJ é preocupante no que tange a este município nesse processo migratório, já que na condição atual obtém grandes índices de pobreza/ desigualdades e não possui uma rede de proteção social constituída que contemple as expressões da “questão social” manifestadas. Os pequenos municípios dessa região, por exemplo, vêm sofrendo maior impacto nesta primeira etapa de implantação do COMPERJ, que consiste na terraplanagem e vem demandando um perfil específico de trabalhadores: específicos da construção civil, a maioria do sexo masculino, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional. A captura da questão da migração como eixo de análise é tomada, portanto, como uma questão importante, pois se constitui uma das expressões da “questão social” na atualidade que evidencia a força de trabalho que roda onde o capital tem possibilidade de ofertar emprego e, neste sentido, torna-se um fenômeno internacional dado que a circulação da força de trabalho é hoje uma circulação mundial. Em suma, podemos afirmar que no processo de formação da indústria petroquímica na região, revela-se na realidade socioeconômica deste município o que Marx chamou de desenvolvimento desigual. Percebe-

⁷ Em 2006, o Presidente Lula da Silva anunciou que Itaboraí seria a sede para a implantação do COMPERJ, com início de operação previsto para 2012. Trata-se de um projeto fruto da parceria da Petrobras com o Grupo Ultra e o BNDES. Sua instalação, construção e implantação se darão numa área de 45 km², localizada no município de Itaboraí. O prazo para funcionamento deste empreendimento já foi alterado devido a atrasos nas obras e greves dos cerca de oito mil funcionários das diversas empresas terceirizadas prestadoras de serviços para as obras do COMPERJ (CAVALCANTE, 2011).

⁸ Os onze municípios fluminenses da região impactada pelo processo de instalação do COMPERJ que compõem o CONLESTE são: Itaboraí (Sede); Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá (em área diretamente afetada pelo COMPERJ); Magé, Rio Bonito e São Gonçalo (em área de influência direta pelo COMPERJ); Casimiro de Abreu, Maricá, Niterói e Silva Jardim (em área de influência indireta do COMPERJ). Estes Municípios abrangem cerca de 2,5 milhões de habitantes.

se que a questão social, que condensa um conjunto de desigualdades, se torna evidente, nesta realidade, tendo presentes diversas situações que expressam aspectos fundamentais das relações sociais que perpassam essa questão. O atual quadro de pobreza e desigualdade desse município revela a realidade de pequenos municípios brasileiros que espelham a marca da subalternidade de sua população que não usufruiu das riquezas naturais de suas terras. Desse modo, revela-se o descompasso entre as conquistas no campo econômico e os avanços no campo social. Nas condições e relações sociais em que se ergueu a cidade, percebe-se o paradoxo do desenvolvimento desigual, que se revela como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais ao mesmo tempo, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital (IAMAMOTO, 2001, p. 19).

Por isso, os efeitos positivos e negativos que os municípios já vêm sofrendo com o início das obras do COMPERJ são motivos de preocupação. Dentre seus impactos, destaca-se o crescimento desordenado da população, com a proliferação de assentamentos irregulares, o estrangulamento na oferta de serviços de saúde, o colapso no sistema de transporte e a falta de vagas nas escolas, impactos negativos já sentidos em todas as cidades. Esta é a característica do COMPERJ, com sua capacidade de atrair trabalhadores que chegam através de empreiteiras e atuam nas regiões Sudeste e Nordeste, promovendo um verdadeiro processo migratório para a região onde o complexo está sendo implantado. Esse quadro vem preocupando as autoridades locais e as organizações da sociedade civil, tendo em vista que o fim dessa etapa de criação de grande número de emprego há a tendência à existência de uma massa de desempregados e uma aceleração do processo de favelização nestes municípios. Há estudos geopolíticos locais que apontam o crescimento triplicado da população dos municípios da área de influência do COMPERJ, assim como ocorreu na Baixada Fluminense e na Região Norte do Estado, em especial o Município de Macaé⁹

Ao estudar esta realidade no Brasil, Martins (1988) identifica alguns tipos mais significativos de migrantes temporários e, com base em seus estudos, podemos situar o processo migratório que vem ocorrendo nestes municípios sob o impacto do COMPERJ como uma migração temporária, dominada pelo ritmo irregular de uma grande obra, com etapas diferenciadas que demandarão diferentes tipos de trabalhadores, com qualificações específicas ou nenhuma, a depender do desenvolvimento do projeto. Verifica-se, deste modo, que o processo de migração temporária motivada pela implantação do COMPERJ na fase atual vem implicando mais trabalho vivo, principalmente na construção civil, com perspectivas de, na fase posterior, haver a prevalência de capital morto devido a demanda por tecnologia e conhecimento técnico e científico, vindo a prevalecer o crescimento do capital constante em detrimento do capital variável. Diante desse quadro, a formação social da região de Itaboraí, onde está sendo instalado o projeto petroquímico, tem a marca de dois importantes processos migratórios, partes das metamorfoses que a classe trabalhadora vem sofrendo: o da indústria canavieira e o da construção civil. São os dois grandes fortes concentradores de trabalhadores que absorvem quem só tem a força de trabalho para vender, se encontra com baixa escolaridade e não tem qualificação profissional. Ao completar a etapa de trabalho que o moveu àquele lugar, ou ao não encontrar o que buscava, não retorna mais à sua origem, pois como analisa Martins: “Migrante temporário é aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o de sair e retornar. Porém, retornar para onde? [...] o que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra [...]” (MARTINS, 1988, p. 45).

⁹ Ao analisar a migração no município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro, com base em artigos de jornais do período de 2003 a 2006 Gomes (2009) expõe o seguinte fragmento de uma entrevista com o prefeito do município: “Devido às migrações, o crescimento populacional de Macaé é o dobro da média nacional. Em 30 anos, o número de habitantes triplicou [...]. Com isso, aumentam também os gastos da prefeitura em setores de saúde, educação, saneamento e infraestrutura”.

MACAÉ E A INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos vivenciamos um impacto sem precedentes na região Norte Fluminense, no município de Macaé, bem como nos municípios limítrofes a este.

O impacto no mercado de trabalho foi visível, as cidades da região Norte Fluminense cresceram muito, novas estradas foram abertas, aumento do setor hoteleiro, restaurantes, construção civil, etc. Esta quebra do monopólio da Petrobras representou um ponto de inflexão para a economia e principalmente para o mercado de trabalho local, pois, de uma região predominantemente agrícola passou a ser um polo do complexo petrolífero nacional.

O perfil da população trabalhadora local, sofreu grande transformação uma vez que região passou a ser grande polo de uma das maiores empresas de extração de petróleo do mundo, a PETROBRAS. O fluxo de pessoas que trabalham em diversas atividades da cadeia do petróleo oriundas de outros estados e países passou a ser constante, principalmente em Macaé devido a este município sediar a maior parte do complexo industrial tanto petrolífero quanto de segmentos industriais necessários à cadeia produtiva da extração do petróleo e gás.

Para efeito comparativo sobre o crescimento do mercado de trabalho formal em Macaé, estado do Rio de Janeiro e o país, apresentamos a seguinte tabela:

Tabela nº1 Taxa de crescimento do emprego formal. 1999-2000

Localidades	Tx. de cresc.
Macaé	15,3
Rio de Janeiro (Estado)	2,6
Brasil	3,2

Fonte: Observatório Socioeconômico, Boletim nº 13

Observa-se que o emprego formal em Macaé, logo após a quebra do monopólio da Petrobras, cresceu quase cinco vezes mais que a média do país.

A indústria do petróleo se baseia num grande investimento de capital fixo, sendo o lucro diretamente proporcional à utilização da capacidade instalada. (CRESPO, 2003, p.250). Logo, a cidade de Macaé também cresceu, não só pela instalação direta das indústrias quanto pelo dinheiro que movimentava a cidade. A produção da Bacia de Campos fornece 80% da produção nacional (terra e mar) e 95% da produção *offshore*, sendo que esta última representa 85% da produção total (FAURÉ, 2008, p.148).

O aparecimento e crescimento de indústrias de transformação, como siderúrgicas e o expressivo crescimento da construção civil são exemplos do *boom* do crescimento econômico da região.

Observamos também uma maior participação econômica dos municípios são os maiores recebedores dos repasses de *royalties* e participações especiais¹⁰. A nova estrutura industrial na região, a qual realoca atividades que eram características do município do Rio de Janeiro, transformou o perfil deste município e arredores.

Verificamos assim um crescimento na área da educação pois, quando um município transforma-se em polo econômico, outros setores da economia também são demandados. No caso da saúde houve também um crescimento em números de hospitais e clínicas, tanto em Campos quanto em Macaé (ROSENDO, 2004).

¹⁰ Apenas cinco municípios brasileiros se beneficiaram da participação especial: Campos dos Goytacazes (RJ), Carapebus (RJ), Macaé (RJ), Quissamã (RJ) e Rio das Ostras (RJ).

Oliveira (2003; 47 e 115) destaca dois fatores para explicar este intenso dinamismo na economia da região. O primeiro é devido à distância do também chamado “Grande Rio”, um núcleo metropolitano com toda infraestrutura, logo, foi necessário a construção de uma infraestrutura própria. O segundo foi o próprio desenvolvimento das atividades petrolíferas e a quebra do monopólio, trazendo outras empresas multinacionais para a região, sendo que este fator é um ponto de inflexão na economia local.

Mesmo com toda esta riqueza, porém, a região, segundo Dias (2005), apresenta um dos maiores índices de indigência do Estado do Rio de Janeiro e por isto, não basta analisarmos índices econômicos como, por exemplo, o aumento do PIB e da renda per capita. Andrade (2003 apud Dias 2005) nos aponta que existe um novo conceito de desenvolvimento e que, além dos tradicionais índices considerados, como PIB, renda per capita; “(...) transformações de todas as esferas da sociedade, no caso, os atributos sociais, físicos, intelectuais, morais e espaciais. Um país como o Brasil não é desenvolvido por causa de suas profundas contradições sociais e não pelo seu PIB”.

A PETROBRAS iniciou sua operação, em Macaé, na década de 1970, em pleno choque do petróleo em um momento de reestruturação do modelo de organização da produção. A crise no sistema capitalista, aliada a novas tecnologias e uma nova forma na acumulação do capital foram determinantes para que houvesse esta inversão para Macaé. A necessidade de acumulação, imperativo ontológico do próprio sistema, emerge como uma obrigatoriedade; vencer barreiras geográficas, comprimir o espaço.

“Quanto mais a produção vier a se basear no valor de troca (portanto, na troca), mais importante se tornam as condições físicas da troca - os meios de comunicação e transporte - para os custos de circulação. Por sua natureza, o capital se impulsiona além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca (...) torna-se uma necessidade extraordinária para isso” (MARX, 1973;524 apud Harvey 2005;50)

A ideologia neoliberal que se consagrou junto a esta nova etapa do capitalismo defende justamente um Estado fraco para os interesses das políticas sociais e forte para os interesses do capital. Verificamos um desmonte das instituições que gerenciavam e centralização a estrutura estatal, Dias (2005;32) remete esta discussão para a questão da revalorização do conceito de desenvolvimento local, onde as escalas local e global ganham importância em detrimento da escala nacional. Contudo, tanto Dias (2005) quanto Fauré e Hasenclever et al (2004;16) não consideram a escala local como única a ser relevada, mas duas razões, que mencionam, não podem ser desconsideradas:

“(...) o processo de globalização das economias - entendido aqui como a expansão mundial das formas mercantis e a interdependência crescente dos diferentes mercados- tendem a relativizar o nível nacional-estatal das economias e, paradoxalmente, a reaproximar as escalas globais e locais. (...) Por outro lado, o processo de descentralização administrativa e política deu as coletividades locais - os municípios- meios, competências jurídicas e, finalmente, responsabilidades importantes em matéria de desenvolvimento local.” (FAURÉ E HASENCLEVER et al.2004;16 apud Dias 2005;33)

A partir, principalmente, da década de 80 a teoria do desenvolvimento endógeno passou a ser muito difundida, conforme Piquet (2003; 221),

“(...) a taxa de crescimento de um determinado país, de uma região ou até mesmo de uma cidade é considerada função da acumulação de capital físico, de capital humano e de conhecimentos que essa coletividade possa realizar. Postula-se que o crescimento deva ser gerado localmente, com base nas cidades, cabendo aos governos locais assegurar a oferta de equipamentos, baixar os custos

tributários e conceder subsídios, a fim de oferecer um ambiente adequado ao capital, de modo a que as empresas para aí se dirijam”

Macaé tornou-se um exemplo vivo desse desenvolvimento econômico local, que sempre teve a presença do Estado como interventor em sua economia e continuou pois a implementação do neoliberalismo no país, significou um Estado forte para o Capital, onde as exigências para uma maior acumulação fosse facilitada. Isto se deu mediante promulgação da lei do petróleo que quebrou nosso monopólio de exploração. Com isso, numerosas empresas nacionais e estrangeiras se dirigiram para Macaé, além de estabelecimentos industriais, comerciais e fornecedores de serviços. A questão da migração é candente também em Macaé, e expressa todos os problemas que estão sendo agora vivenciados em Itaboraí.

RESPONSABILIDADE SÓCIO-EMPRESARIAL (RSE)

A partir da crise do capital na década de 1970, instaura-se a reestruturação produtiva e mudanças no Estado mediante uma suposta crise do *Welfare State*, falaciosamente denominada de “crise fiscal” no intuito de promover a “contra reforma” (BEHRING, 2003) nos Estados, mediante os ditames do Consenso de Washington, desmantelando os direitos sociais conquistados.

Especificamente no Brasil, as propostas da “contra reforma” foram implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso, legalizando e incentivando o “terceiro setor” como também a Responsabilidade social empresarial no Brasil.

Neste contexto emerge a RSE, como desdobramento da reestruturação produtiva e uma nova resposta do empresariado para criar consenso na sociedade e no interior da empresa, haja vista a atual crise societária e ambiental.

A lógica da mundialização do capital também está imbricada na chamada RSE, no qual o Estado cumpre um papel de canalizar o fundo público e propiciar todo suporte de infra-estrutura necessário, legal e jurídico do país para as empresas transnacionais e instituições financeiras.

A RSE está articulada aos ditames das organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, a “santíssima trindade do capital em geral” (IAMAMOTO, 2008, p. 110), no que se refere à garantia de vantagens no mercado financeiro de capitais às empresas que demonstrem bons indicadores de sustentabilidade. Com isso obtém acesso a recursos financeiros, parceiros, valorização de ativos e diminuição de riscos em aplicações. Essa prática é denominada de governança corporativa. Dessa forma, as ações sociais de RSE precisam permear a estrutura organizacional e gerencial das empresas.

A RSE divide-se em duas dimensões: interna e externa. A primeira refere-se aos limites de atuação da própria empresa e está relacionada ao bem estar dos funcionários. A segunda preocupa-se com os *stakholders*¹¹.

Outro motivo das empresas e suas fundações e institutos empresariais é a possibilidade de parcerias com outras empresas, OSFL e com o poder público. Com este ultimo, adquirem isenção de impostos, imunidades constitucionais e acessam o fundo público. Assim, aumentam sua credibilidade perante seus parceiros; fortalecem sua imagem; reduzem boicotes, multas e processos judiciais, auditorias, minimizando a fiscalização.

Conforme utilizado em períodos precedentes, a RSE conforma uma estratégia de hegemonia da empresa na contemporaneidade. Traduz-se como um novo pacto do capital para apassivar a luta de classes e criar consenso, pautada no movimento de desresponsabilização do Estado e na mobilização da “sociedade civil”, constituindo um “ideário de empresa cidadã”. (CESAR, 2008).

¹¹ Conjunto dos atores que se relacionam com a empresa: acionistas, empregados, comunidade geral, organizações sociais, meio ambiente, etc.

A PETROBRAS não está alheia a tudo isto e também tem seus programas de RSE, principalmente após os acidentes de vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em 2000. Segundo Herculano (2010), o PEGASO foi um programa de excelência em gestão ambiental e segurança operacional, cujo volume de investimentos versou na ordem de R\$1,8 bilhões. Também foi implantado em 2002 um sistema corporativo de gestão de segurança, meio ambiente e saúde, com o objetivo de disseminar em todos os níveis do sistema uma cultura de percepção do risco e de proteção da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos impactos das transformações recentes no capitalismo contemporâneo, debate-se hoje sobre as necessidades do desenvolvimento capitalista que, no Brasil, por exemplo, exigiram um contingente significativo de trabalhadores para sua expansão e reprodução. Este é um elemento vital quando se tenta compreender o aumento populacional brasileiro, pois se percebe que a vivência do trabalho foi determinante na constituição dessas cidades, desde sua origem. Em uma das premissas marxianas, o processo de produção e reprodução da vida através do trabalho caracteriza a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a história dos homens. No contexto dos ciclos de migração, fato comum que marca a formação populacional na Região de Itaboraí, município sede do COMPERJ, e em Macaé, em uma rápida retomada histórica sobre a constituição das municipalidades aqui analisadas, verifica-se que o trabalho foi determinante em sua constituição enquanto território. Enfim, quando o mundo ainda discute saídas para a última crise do capitalismo que teve início em 2008, esses municípios se defrontam com desafios de enfrentar o aumento da população advinda do empreendimento da Petrobrás na região, uma “superpopulação” que se soma à população de origem demandando serviços básicos e implementação e/ou ampliação de diversas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. (2003). Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez

CAVALCANTE, C. (2011). Trabalhadores do COMPERJ decidem por manter a greve. Jornal O Itaboraí. Seção Cidade, p. 3. Itaboraí

CRESPO, N.E.(2003). *Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo*. IN: PIQUET, R. (org). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro, Garamond

DIAS, Robson Santos; SILVA NETO, Romeu.(2005). Impactos ambientais causados pela instalação da cadeia produtiva do petróleo e gás e pelo crescimento populacional em Macaé-RJ. Rio de Janeiro, 2005, Anais do VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, CD-ROM

HERCULANO, Selene. (2010). Responsabilidade sócio-ambiental e royalties: a petrobras em Macaé (RJ). Texto com base no trabalho intitulado “Petrobrás, desenvolvimento local e royalties em Macaé (RJ)”, da mesma autora, apresentado no VII WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE -Mesa Temática 2 – Empresas e a responsabilidade social e ambiental -Sessão 2 Florianópolis

FAURÉ, HASENCLEVER e SILVA NETO, Romeu(2008). Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais

IAMAMOTO, Marilda V (2001). Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez

IAMAMOTO, Marilda V (2008). Serviço Social Em Tempo de Capital Fetiche 3ª Ed. São Paulo: Cortez

MARTINS, José de Souza (1988). O Vôo das Andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2.ed. Petrópolis: Vozes

MARX, Karl (2002). O Capital: crítica da economia política. Livro I, v. 2 (o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira..

HARVEY, D. (2005) A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume

NEVES, Altineia Marian (2010). O Trabalho do Assistente Social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão. Dissertação. UERJ, Rio de Janeiro

OLIVEIRA, Floriano J. G(2003). Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Tese de doutoramento do programa de pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH/Departamento de Geografia/USP. São Paulo

PIQUET, Rosélia.(2003) Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, *Royalties* e Região. Rio de Janeiro: Garamond.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques (1975). Uma Introdução À Economia Política. Editora: Civilização Brasileira

Via sites na internet:

COMPERJ (2008). Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. acesso em 19/09/2008 Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/petrobras/portugues/COMPERJ.asp>

GOMES, E. S (2009). A responsabilidade administrativa e social no desenvolvimento sustentável de áreas de influência de grandes empreendimentos: análise a partir do estudo de um caso concreto.

Acesso em: 27 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.pge.ac.gov.br/biblioteca/teses/IBAPtesesPDF/AResponsabilidadeAdministrativaeSocial.pdf>

RIMA/COMPERJ (2008) – Relatório de Impacto Ambiental do COMPERJ – Acesso em 19/09/2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/13349924/Rima-Relatorio-de-impactos-ambientais-COMPERJ>.

SANTOS, Ariovaldo (2006). Migração e força de trabalho: notas para debate. UNESP/Pegada Eletrônica, vol. 7, n.2 2 5, Novembro 2006. , acesso em 11/01/2010. Disponível em www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm